

## Portal Exame

### **Demanda de energia ultrapassa oferta no início de 2009, diz CBIEE**

10.10.2005

*Câmara Brasileira de Investidores em Energia Elétrica divulga estudo em que mostra descasamento de oferta e demanda de energia elétrica em pouco mais de 3 anos*

Por Ricardo Muniz

**EXAME** Nos últimos 30 meses, nenhum investimento foi anunciado em novas plantas de geração de energia elétrica. É um péssimo sinal para um setor que demanda investimentos anuais de 4,7 bilhões de dólares, considerando um crescimento de demanda de 5% ao ano até 2009. O cálculo é um dos resultados de mesa-redonda com agentes do setor, promovida pela **Câmara Brasileira de Investidores em Energia Elétrica (CBIEE)** e pela Câmara Americana de Comércio (Amcham). Participaram do encontro, realizado em agosto, 17 representantes de empresas de geração, autoprodução, transmissão e distribuição, representando cerca de 35% da geração e 70% do consumo de energia no Brasil. O diagnóstico e as sugestões do encontro foram divulgados nesta segunda-feira (10/10).

"Uma de nossas principais constatações é que a partir do início de 2009, o Brasil vai precisar de usinas novas em operação", diz **Claudio Sales**, presidente da **CBIEE**. "Uma usina hidrelétrica de grande porte sem nenhum problema em relação a licenças demora, na melhor das hipóteses, quatro anos para ficar pronta." Esse descasamento entre demanda e oferta assegurada de energia a partir de 2009 deve disparar uma "escalada brutal" dos preços de energia elétrica e de combustíveis (gás e óleo), diz o documento divulgado hoje. Além disso, qualquer incremento no risco de desabastecimento de energia promove um impacto exponencial em termos de decisões abortadas de novos investimentos, explica **Sales**.

Combinada a essa inércia em novos projetos hidrelétricos, cresce a dificuldade para trazer gás natural da Bolívia até as plantas termelétricas brasileiras -- dificuldade causada pela [instabilidade política](#) no país vizinho. E o fornecimento a partir da Bacia de Santos depende de pesados investimentos, ainda incertos. Para Sales, a prova de que o governo detectou o problema é que vem pressionando a Petrobras para que converta usinas a gás, a fim de que funcionem a diesel (mais caro, menos eficiente e abreviador da vida útil das turbinas). Além disso, diz **Sales**, o governo está tentando impor que a estatal assuma integralmente essa diferença de custos, equivalente a 2 bilhões de dólares por ano. "É uma atitude extrema, uma coisa absurda, um ônus assustador que demonstra claramente a gravidade do problema", diz **Sales**. "Como diz um técnico renomado do setor, mais caro do que isso só se as usinas fossem movidas a perfume Channel nº 5."

Os agentes do setor reclamam, também, da falta de transparência do governo. "Estranhamos o obscurantismo das autoridades no tratamento dos cenários de suprimento de energia", afirma o presidente da **CBIEE**. A entidade tem solicitado, sem sucesso, a publicação das atas do Comitê de Monitoramento do Setor

Elétrico, um órgão interministerial de acompanhamento do mercado em um horizonte de cinco anos.

### **Pedidos**

Entre as medidas solicitadas pelo setor ao governo, está a concessão de empréstimos-ponte, "a exemplo do que ocorreu por ocasião das privatizações da década de 90", até que os financiamentos definitivos sejam liberados, e redução da carga tributária de 44,7% (dado de 2004).

Os investidores também querem que os preços sinalizem a iminente escassez de energia - algo que estaria sendo evitado pelo governo por meio de "forte intervenção" -- e também que haja mecanismos para a cobertura do risco ambiental. Segundo o documento de avaliação, esse risco tem se mostrado imprevisível, alterando o custo total dos projetos e atrasando o início da operação comercial dos empreendimentos. "Muitas vezes, esse risco na realidade nada tem a ver com meio ambiente", afirma Sales. "Surgem exigências cada vez maiores quando o investidor já colocou muito dinheiro, iniciou a construção da usina e não tem mais como sair do projeto."

A imprevisibilidade de custos, diz o documento, prejudica a negociação de financiamento, porque compromete o fluxo de receitas dos empreendimentos e a garantia do pagamento da dívida.